

Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês

O Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês foi estabelecido em 2008, de acordo com a meta de acesso do Plano Estratégico do Poder Judiciário, e está encarregado de “eliminar barreiras linguísticas encontradas por indivíduos com proficiência limitada em inglês, tanto no acesso à informações e procedimentos como nas instalações do Poder Judiciário.” O Comitê é co-presidido pela Ministra Maria Araujo Kahn e Alejandra Donath, Gerente da Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução (ITS - na sigla em inglês), e é constituído pelos seguintes membros¹:

Troy Brown
Brittany Kaplan
Richard Loffredo
Brandon Pelegano
Viviana Livesay (Consultora de Serviços Jurídicos)
Heather Collins (Funcionária de Apoio)

O Judiciário tem o compromisso de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês tenham condições de acessar suas instalações, procedimentos e serviços.

Em 2019, o ITS recebeu acima de 41.000 requisições para fornecer assistência linguística oral presencial em 72 línguas/dialetos diferentes e acima de 18.000 requisições para fornecer serviços de interpretação telefônica em 46 línguas/dialetos diferentes. Além disso, em 2019, o ITS traduziu 175 formulários distintos do Poder Judiciário como também 95 documentos relacionados a causas específicas.

Este relatório serve como uma atualização do trabalho do Comitê sobre a Proficiência Limitada em Inglês no ano de 2019.

¹O Comitê gostaria de reconhecer a advogada Michelle Fica, dos Serviços Jurídicos de Connecticut. Sua presença e participação nas reuniões do Comitê têm sido de valor inestimável.

O Comitê gostaria de reconhecer o trabalho de Doreen Del Bianco, Eduardo Palmiei e Katherine Casaubon, que embora não participem mais, foram de grande importância ao trabalho do Comitê e farão falta.

I. Iniciativas Constantes

Neste último ano, na tentativa de assegurar que indivíduos com proficiência limitada em inglês possam acessar as instalações, procedimentos e informações do Poder Judiciário, o Comitê tem trabalhado nas seguintes áreas:

Treinamento contínuo sobre indivíduos com Proficiência Limitada em Inglês (LEP- na sigla em inglês)

Em 2009, o Judiciário desenvolveu um programa obrigatório de treinamento sobre indivíduos com LEP para todos os funcionários, o qual fornece informações sobre os requisitos federais para prestação de serviços a indivíduos com LEP, esclarece o papel do intérprete, e especifica como obter serviços de assistência linguística e tradução. Esse programa também oferece treinamento de sensibilidade cultural. Mais de 2.000 funcionários já participaram desse programa de meio-período.

Em 2017, o treinamento sobre indivíduos com LEP passou a ser oferecido completamente à distância. Esse curso de 75 minutos fornece um resumo das obrigações do Judiciário de prover serviços às pessoas com LEP, esclarece o papel do intérprete, as diferenças entre o intérprete e o tradutor e explica como os funcionários do Judiciário podem obter assistência linguística 24 horas por dia, sete dias na semana. Esse curso já teve a participação de mais de 4.400 funcionários desde o seu lançamento.

Em 2018, o Comitê sobre LEP desenvolveu um treinamento à distância para aquelas entidades que são contratadas pelo Poder Judiciário para prestar serviços às partes interessadas com LEP. O treinamento abrange os requisitos federais no que diz respeito à prestação de serviços aos indivíduos com LEP, as responsabilidades das entidades para com os indivíduos com LEP, de acordo com os termos dos seus contratos com o Poder Judiciário, a maneira pela qual uma entidade pode cumprir com suas responsabilidades, diferença entre interpretação e tradução, e dicas de como trabalhar com intérpretes.

No ano de 2013, o treinamento sobre indivíduos com LEP foi oferecido tanto aos Juízes quanto aos Juízes Auxiliares da Vara de Família para Execução de Alimentos. Desde então, esse treinamento tem sido incorporado ao programa de orientação para novos juízes fornecido a todos os recém nomeados. Em 2019, um Juiz Auxiliar da Vara de Família para Execução de Alimentos foi nomeado e recebeu o treinamento sobre indivíduos com LEP.

Questões relacionadas à proficiência limitada em inglês e à obrigação de prover serviços fazem parte de um treinamento mais abrangente oferecido pelo Presidente do Supremo Tribunal Estadual Robinson e pela Ministra Kahn. O treinamento também trata de viés implícito,

competência cultural e da Lei para Americanos com Deficiência. Em 2019, o Presidente do Supremo Robinson e a Ministra Kahn ofereceram esse treinamento aos advogados que representam crianças no Simpósio sobre o Bem-Estar das Crianças, à Conferência para Assistentes Sociais Forenses na Universidade da Costa Leste de Connecticut, à Defensoria Pública, ao *Caucus* do Partido Democrata na Assembléia Legislativa de Connecticut, à Ordem dos Advogados do Sul da Ásia e ao Poder Judiciário de Idaho. Ademais, a Ministra Kahn palestrou na Conferência Regional de Administradores de Tribunais Estaduais sobre as obrigações e assuntos relacionados à LEP.

Plano de Acesso Linguístico Revisado

O Comitê sobre LEP reviu e revisou o Plano de Acesso Linguístico do Poder Judiciário. O Plano de Acesso Linguístico revisado, o qual foi aprovado pelo Administrador Geral do Tribunal, foi traduzido ao espanhol, polonês e português e publicado nos sites da Internet e Intranet do Poder Judiciário.

Documentos Essenciais

A constante identificação e tradução de documentos essenciais continua sendo uma prioridade do Comitê sobre LEP e do Judiciário. Em 2013 e novamente em 2017, o Administrador Geral do Tribunal solicitou que os Diretores Executivos do Poder Judiciário identificassem os documentos essenciais utilizados por suas Divisões. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continua o processo de tradução desses documentos para o espanhol, polonês e português. Em 2019, 175 documentos foram traduzidos para o espanhol, polonês e português e até agora, mais de 750 documentos essenciais foram traduzidos.

Serviço Telefônico Bilingue

O Poder Judiciário contratou os serviços de três provedores de assistência linguística por telefone os quais permitem aos funcionários e indivíduos com proficiência limitada em inglês preencher a lacuna do idioma e comunicar-se através do uso de um telefone.

Os serviços telefônicos bilingues estão disponíveis em mais de 150 idiomas, 24 horas por dia, 7 dias por semana. Estão disponibilizados em todas as instalações do Poder Judiciário e também aos funcionários trabalhando em outras localidades, via telefone celular, quando necessitam comunicar-se com indivíduos com LEP. Este serviço foi utilizado mais de 18.000 vezes em 46 línguas/dialetos diferentes no ano de 2018.

Tradução da Página da Internet do Poder Judiciário

A grande maioria de requisições para intérpretes continua a ser para a língua espanhola (aproximadamente 88%). As próximas línguas mais requisitadas são polonês e português (aproximadamente 3% cada). Consequentemente, o Poder Judiciário continua a traduzir suas páginas da internet para o espanhol, português e polonês.

II. Planos Futuros

O Comitê reconhece a necessidade contínua do Poder Judiciário de prover acesso à suas instalações, seus procedimentos e informações a todos os indivíduos com proficiência limitada em inglês. No próximo ano, o Comitê pretende concentrar-se nas seguintes áreas:

Documentos Essenciais

A tradução de documentos essenciais é uma iniciativa importante que está em andamento desde 2013. A Divisão de Serviços de Interpretação e Tradução continua o processo de tradução dos documentos essenciais para espanhol, polonês e português.

O Comitê sobre LEP analisará a melhor forma de informar os funcionários do Poder Judiciário e as partes interessadas externas sobre os documentos que tenham sido traduzidos.

Tradução de Ordens Judiciais

O Comitê sobre LEP propõe o desenvolvimento de um programa piloto para avaliar a viabilidade de emitir ordens judiciais traduzidas de causas específicas. Assim, os indivíduos com LEP poderiam sair do fórum com um documento físico com a redação da ordem judicial em sua língua nativa.

Interpretação Remota por Vídeo

A interpretação remota por vídeo (VRI – na sigla em inglês) é um método eficaz e eficiente para a prestação de serviços de interpretação aos indivíduos com LEP. Um subcomitê deverá ser criado a fim de explorar mais profundamente as opções disponíveis. Esse subcomitê deverá incluir, no mínimo, representantes da Divisão de Operações do Tribunal de Primeira Instância, da Divisão de Apoio e Serviços Forenses, e da Divisão de Tecnologia e Informação. O subcomitê deverá apresentar recomendações ao comitê sobre o melhor modo de utilização da VRI em cenários tanto nos Tribunais quanto em situações externas.

Treinamento

O treinamento sobre questões de LEP é uma prioridade contínua do Comitê sobre LEP e do Judiciário. O Comitê sobre LEP analisará meios diferentes de proporcionar oportunidades adicionais de treinamento aos funcionários do Poder Judiciário, incluindo treinamento presencial de como acessar os serviços telefônicos bilingues e reciclagem à distância de quando e como acessar os serviços de interpretação.

O Comitê iniciará o desenvolvimento de um tutorial online para as partes interessadas externas sobre os serviços oferecidos pelo Poder Judiciário aos indivíduos com LEP e a maneira como esses serviços podem ser acessados.

O Presidente do Supremo Tribunal Estadual Robinson e a Ministra Kahn continuarão a fornecer o programa de treinamento sobre LEP, Competência Cultural, Viés Implícito e ADA às organizações e às agências que interagem com o Poder Judiciário.

Divulgação

O Comitê sobre LEP irá criar uma conta de e-mail a qual permitirá que os interessados ofereçam sugestões a respeito de como o Poder Judiciário pode atender melhor às necessidades da população com LEP. Essa conta de e-mail será adicionada à página da internet sobre LEP do Judiciário e será divulgada às agências que trabalham com essa população.

Além disso, o Comitê irá avaliar e priorizar as respostas recebidas de sua pesquisa de divulgação em seu esforço contínuo de atender às necessidades dos indivíduos com LEP que tenham interesse no Poder Judiciário.

Avaliação do Site

O Comitê sobre LEP irá avaliar sua própria página e a página do Poder Judiciário sobre LEP na internet para determinar se há alguma melhoria que possa ser feita para torná-las de mais fácil utilização.